

TERRA, COMUNIDADE E POLÍTICA : ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES NUM TEMPO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Ana María A. BONIN
*Departamento de Antropologia
da Universidade Federal do Paraná (UFPR)*
Angela DUARTE DAMASCENO FERREIRA
Departamento de Ciências Sociais da UFPR
Claus MAGNO GERMER
Kersten MÁRCIA SCHOLZ DE ANDRADE
Departamento de Economia da UFPR

Um grupo de pessoas reuniu-se para refletir sobre os rumos que tem tomado o movimento dos sem terra no Estado e suas perspectivas nesse final de década. Baseou-se em trabalhos anteriormente elaborados pelo grupo, em conjunto ou isoladamente, em entrevistas recentes realizadas com lideranças do MST-PR, numa pesquisa, em periódico estadual, das notícias sobre questões relacionadas à terra e às lutas dos sem-terra nos anos de 1983 a 1989¹ e nos Cadernos de Formação editados pelo Movimento dos trabalhadores Rurais em-Terra do Brasil.

Embora enfoque o Paraná, é importante notar que não se trata de um estudo de caso *stricto sensu*. É possível afirmar que o Paraná representa o que este movimento desenvolveu de mais acabado, de mais "clássico". Na visão do próprio movimento local e nacional, no Paraná houve as mais significativas mobilizações de massa, ocupações e acampamentos, o aperfeiçoamento constante das estratégias de luta e o maior número de áreas conquistadas. Uma série de condições conjunturais dos anos 70/80 no Paraná poderia ser pensada para explicar isto : a rápida expansão da modernização no campo e a construção de hidrelétricas no Estado durante a década de 70, que transformaram o Paraná de fronteira agrícola e pólo de atração populacional nos anos 60 em um dos estados com maior nível de

expulsão da população rural do Brasil na década de 70 ; a "memória" do importante movimento de luta pela terra que aconteceu no sudoeste do Estado², região onde mais se desenvolveram as lutas pela terra recentes e onde já havia uma atuante entidade de formação e assessoria de pequenos produtores, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR, desde a década de 60, ou seja, bem antes da organização da Comissão Pastoral da Terra - CPT a nível nacional e estadual ; as significativas mobilizações de produtores rurais que se desenvolveram no sul do país e que no Paraná tiveram ampla repercussão.

Por essas e outras razões o Paraná sediou os primeiros encontros regionais e nacional dos sem-terra (1º Encontro dos Sem-terra da Região Sul, em julho de 1982, 1º Encontro Nacional dos Sem-terra, em janeiro de 1984 e 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, em janeiro de 1985).

MOVIMENTO DOS SEM-TERRA : DEFINIÇÕES DE ESTRATEGIAS E DO PROJETO POLITICO

O Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná - MASTRO se organiza em 1981, como o primeiro movimento de luta pela terra localizado neste período no Brasil que se auto-denominou "SEM-TERRA". Se no início a denominação parece exprimir apenas a condição social de "não ter terra", logo nas primeiras reuniões e documentos do MASTRO a concepção de "sem-terra" começa a ser construída como identidade política que aglutinava os expropriados pela construção da hidrelétricas de Itaipu e aqueles que "não achavam mais terra para arrendar"³, como forma de reação a esta situação comum, como forma de organização de uma luta e, crescentemente, como um projeto de vida compartilhado pelo grupo.

² Ver, sobre o levante camponês do Sudoeste paranaense, ocorrido em fins da década de 50, os trabalhos de ABRAMOVAY Ricardo. *Transformações na vida camponesa : o Sudoeste paranaense*. São Paulo, 1981 (Dissertação de mestrado-USP); COLNAGHI Maria C. *Colonos e Poder : a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Curitiba, 1984 (Dissertação de mestrado-UFPR); GOMES Iria Z. 1957 : a revolta dos posseiros. Curitiba, Criar Edições, 1986.

³ FERREIRA Angela D. D. "Movimentos sociais rurais no Paraná", BONIN, Anamaria *et alii*. *Movimentos sociais no campo*. Curitiba, Criar Scientia et Labor, 1987.

¹ Para esta finalidade, contou-se com a colaboração da socióloga Marisa Borba Ferreira, do estudante de Ciências Sociais da UFPR Claudino Menezes, além do trabalho de outros estudantes deste mesmo curso.

Do MASTRO ao MASTES (Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná) e aos demais movimentos regionais de luta pela terra e à organização a nível estadual e nacional, os sem-terra foram clarificando sua “tomada de consciência da expropriação”, através da formulação sistemática de críticas à estrutura fundiária, à política agrícola vigente e à estrutura de poder do país¹. Ao mesmo tempo, os sem-terra definiram e redefiniram suas estratégias de luta e seus projetos. Estes cada vez mais extrapolavam as lutas locais por terra e configuravam uma visão e proposta geral para seu modo de apropriação da terra, organização da produção e da vida nos assentamentos, de conteúdo para a Reforma Agrária que desejavam e de transformação da sociedade como um todo.

Uma periodização deste processo de organização e mudanças, no âmbito do Movimento, pode considerar os seguintes momentos : 1981/1982-período das lutas iniciais, catalizadoras dos processos de articulação regional e nacional do movimento e de formulação explícita do objetivo de luta e de seus primeiros princípios². Nesta fase, o movimento concentra-se nas lutas especificamente ligadas à propriedade de determinadas áreas de terras, reivindicando “terra no Paraná” e não na fronteira Norte do país, como preconizava a política oficial de colonização agrícola. Reivindicavam, ainda, crédito fundiário para compra de áreas para os sem-terra, módulo máximo para propriedades rurais e terra para quem nela trabalha. A nível organizativo, os anos 81 e 82 marcaram-se, no Paraná, pelo legalismo de suas estratégias de luta : petições, audiências com prefeitos e autoridades. É interessante notar que o movimento estava bastante preocupado em demonstrar a “justeza” de suas reivindicações : “supunha-se, implicitamente, que a força do movimento popular é derivada da legitimidade do direito reivindicado e não do poder decorrente da organização e da mobilização de massas”³.

O período 83-85 pode ser considerado como o momento das iniciativas coordenadas. Além da sua maior estruturação neste período, seu caráter massivo

também se desenvolve. As ocupações de terras, seguidas, na maioria, de acampamentos em locais em frente às áreas pretendidas e diante de órgãos públicos constituem a estratégia principal do movimento.

Dentro deste período, o ano de 1985 se diferencia por ser marcado pela transição para a Nova República e pelo tumultuado processo de elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Nos primeiros meses do ano, o movimento, com sua organização nacional recém formalizada, manteve-se em expectativa quanto às perspectivas de um plano governamental de Reforma Agrária (RA), encaminhando suas propostas. Já no início do 2º semestre, o posicionamento violento e crescentemente organizado dos proprietários rurais contra a proposta de RA e os recuos sucessivos do governo, levou-o a intensificar os acampamentos. Em outubro, a promulgação da Lei de Reforma Agrária, bastante esvaziada de seus propósitos originais, encontrou-o, portanto, já descrentes da ação do Estado em favor de suas reivindicações.

O período que se inicia após esta data (86/87), caracteriza-se por uma nova postura do Estado em relação ao movimento. A repressão passa a ser violenta e várias medidas desmobilizadoras são tomadas, desqualificando o movimento organizado como interlocutor do Estado e como representante dos trabalhadores rurais sem terra. O movimento procura outras formas de pressionar o governo pelo cumprimento das tímidas metas do Plano Nacional de Reforma Agrária. A esta época, estava claro que o “poder de constrangimento” dos acampamentos havia se esgotado, tanto pela rotinização e pela integração dos acampamentos à paisagem quanto pela reação organizada e global do poder constituído. Percebe que não lhe resta nenhuma alternativa além da ocupação com resistência, enfrentando a polícia, o exército e as milícias privadas com seus instrumentos de trabalho. O lema do movimento passa a ser “ocupar e resistir” e isto é explicitado para o Estado e a sociedade.

Nos anos 88/89, fecha-se mais uma vez o acesso institucional à terra para o movimento, com uma nova derrota de suas propostas na Assembléia Constituinte, que elabora a nova Constituição do país neste período. Multiplicaram-se as ocupações e o lema do movimento é ampliado para “ocupar, resistir e produzir”, porque a resistência na terra implicava em já iniciar o processo de produção agrícola, tanto como forma de viabilizar sua subsistência, como a nível de estratégia de consolidação da posse. Dentro dessa perspectiva, o movimento já considerava como ganhas as áreas ocupadas, contabilizando-as no rol de suas vitórias.

¹ GERMER Claus. “Reforma Agrária no Paraná : entre a versão e o fato na aldeia dos expropriados”. *Revista da Abra*, ano 16, n° 2, ago/nov, 1986.

² BONIN Anamaria, FERREIRA Angela, GERMER Claus. “A luta pela terra no Paraná recente.” 1987 (mimeo).

³ GAIGER Luiz I. G. *Agentes Religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil : quadro de interpretação sociológica*. Petrópolis, Vozes, 1987.

Este período mais recente representou um redirecionamento drástico do movimento. Como a própria estratégia de luta privilegiava a produção agrícola e vários assentamentos já foram organizados como conquista do MST, o grande objetivo era de se viabilizarem economicamente como produtores. Seu propósito era mostrar à sociedade um novo modelo de vida e de inserção no processo produtivo, constituindo-se num referencial da viabilidade da reforma agrária. A luta pela reforma agrária passa a ser entendida claramente como uma das lutas para transformação radical da sociedade, já que entendem que esta não se realizará nos marcos da atual estrutura de poder no Brasil.

REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO DO SEM-TERRA

A igreja e o movimento dos sem-terra

Durante a década de 70, setores da Igreja ligados a Teologia da Libertação vão, através das CEB's e da Comissão Pastoral da Terra, colocar em prática uma atuação em dois níveis: ao mesmo tempo em que atuam na sustentação das organizações dos trabalhadores rurais levam uma mensagem evangélica que lhes propõem um comprometimento fraternal com a igualdade e a justiça social. Nesse sentido a junção destes dois planos de atuação pressupõe que a luta dos trabalhadores se constitui uma marcha que levará, segundo a doutrina cristã, ao "reino da justiça", objetivo último da história da humanidade conforme o plano de Deus. As relações sociais capitalistas são consideradas anticristãs, dado seu alto grau de exploração e, portanto, transformar a sociedade é missão da Igreja e de todos os cristãos. Além do Evangelho, considera-se necessário, para esta finalidade, utilizar-se das ciências humanas para se conhecer a realidade social e escolher-se as estratégias possíveis para sua transformação¹.

Os agentes religiosos, através desta militância, produzem práticas políticas e religiosas, introduzindo elementos novos ou redefinindo sua prática religiosa ao nível do político. Embora acreditem que Deus detenha grande influência na vida dos homens, percebem que a justiça e a fraternidade serão viáveis na medida em que os homens possam agir para que isto efetivamente aconteça. Ao agirem neste sentido, Deus os aprovará

porque o seu próprio plano prevê a ativa colaboração dos homens. Esta linha de raciocínio religioso encontra eco na própria experiência cotidiana do campesinato, para quem a terra é uma questão de vida. Se Deus é a salvação, a vida, deve desejar que os trabalhadores lutem pela terra. Neste sentido, a luta pela terra torna-se uma luta "sagrada", além de ser também uma luta política². Contribui para esta sacralização da luta pela terra a visão de que esta é um direito natural do homem, já que fonte de sua sobrevivência e reprodução social. Constitui-se na versão camponesa da utopia do "Reino", ou seja, da sociedade perfeita, em cuja direção a humanidade deve caminhar. A distribuição das terras é o valor da igualdade desejada. O "Reino" não é algo para depois, mas para agora. Como Deus quer justiça e felicidade, toda forma de opressão e exploração vai contra os desígnios de Deus e é ilegítima.

A Igreja popular, operando nestes dois planos (o religioso e o político), teve uma influência decisiva na construção de alguns princípios que são fundamentais para o MST, tais como o trabalho como forma legítima de apropriação da terra e a união e a igualdade como elementos necessários para a convivência social. Ao privilegiar estes elementos, a Igreja encontrou um campo fértil no campesinato, porque seu discurso se articulava com suas próprias condições de existência³.

Este discurso cristão operando por pares de oposição do tipo "bom-ruim", "santo-pecador", o que se traduz, a nível político, nos pares "oprimido-opressor", "aliado-inimigo". As estratégias possíveis para superação desta sociedade considerada injusta seriam possibilitadas, como já se falou, pela utilização de conhecimento produzido pelas ciências humanas. O marxismo se incorpora ao MST através da atuação, especialmente a nível de formação, do grupo de seus assessores, ligados ou não à Igreja. As várias leituras do marxismo que se agregaram à doutrina social da Igreja na construção de uma cultura política do MST, foram muito importantes para que se entendesse a natureza da subalternidade dos sem-terra na sociedade capitalista. Esta "tomada de consciência" tem possibilitado compreender os elementos que unificam o movimento, apesar de sua heterogeneidade interna, a sua relação com os demais grupos ou classes sociais e seus embates com o Estado.

² *Ibid.*

³ BONIN Anamaria *et alii*. "Luta pela terra e contradições de um projeto comunitário de vida", BONIN Anamaria *et alii*. *Movimentos sociais no campo*. Curitiba, Criar/Scientia et Labor, 1987.

¹ GAIGER Luiz I. G. *Agentes religiosos e camponeses sem terra no sul do Brasil: quatro interpretações sociológicas*. Petrópolis, Vozes, 1987.

A mesma influência está presente, também, nas estratégias e táticas de luta e nas diretrizes econômicas do MST para os assentamentos. Não há dúvida de que o corolário destas influências do marxismo é o seu paralelismo com a idéia veiculada pela Igreja de que os sem-terra podem e devem se constituir em agentes de transformação de suas próprias realidades: ao demonstrar a historicidade das relações sociais capitalistas, rompem com a idéia de sua imutabilidade, criando condições para que o movimento se constitua em sujeito ativo da história. Tanto a visão da Igreja, quanto estas leituras do marxismo propõe projetos de sociedade que têm a ver com uma virtualidade - uma utopia que não prescinde da participação ativa dos que a ela aderem; ao contrário, postula o seu engajamento numa nova praxis - redentora ou revolucionária, conforme a concepção - mas de qualquer forma edificadora de uma nova sociedade.

Projeto camponês, cooperação agrícola e coletivização no MST

Em trabalho anterior¹ sobre um dos primeiros assentamentos do MST no Estado do Paraná (Vitória da União-Mangueirinha), verificou-se que a ideia de organizar sua nova vida em bases comunitárias predominava entre os assentados. Constatou-se que o projeto comunitário era a proposta central do MST no período embora se constituísse, em grande parte, numa expectativa abstrata em relação ao futuro, que tomava como referências concretas as práticas habituais de mutirão, da troca de dias de trabalho e outras formas camponesas de ajuda mútua assim como o exemplo das cooperativas de comercialização já existentes e consolidadas no Estado. Tal projeto havia sido gestado durante os períodos, por vezes longos, passados nos acampamentos, em que a solidariedade interna e a noção de um destino comum que a todos atava assumiram uma importância preponderante. Quando começaram as implantações sucessivas de novos assentamentos em 1985, o MST passou a enfrentar uma problemática global de desafios imprevisíveis, que teriam que ser vencidos na tentativa de implantar concretamente o projeto comunitário até então elaborado abstratamente.

O atual projeto coletivista tem suas origens nestes desafios e na tentativa da sua superação. Ao se implantarem os primeiros assentamentos, esta nova problemática estava relacionada à necessidade de garantir sucesso econômico dos assentamentos. Para isto, era preciso resolver problemas como o de financiamento em tempo e quantidade

adequadas, o fornecimento de assistência técnica, a obtenção dos insumos necessários à produção, a escolha dos produtos a explorar, etc. Ao mesmo tempo enfrentava-se o problema da dispersão dos assentados, cada um deles instalados em seus lotes individuais e tratando de começar a colocá-lo em produção, o que ameaçava desfazer o sentimento de solidariedade e coesão formado no acampamento. As respostas a estes problemas foram dadas, inicialmente, de forma isolada, mas foram convergindo, aos poucos, para a constituição de coordenações estaduais e depois nacional dos assentados. A partir disto, percebeu-se que algumas poucas experiências de exploração coletiva já implantadas mostravam que estas permitiam combinar a continuidade do processo político do movimento, através de liberação de um ou mais dos seus integrantes para as atividades de coordenação e representação política. Assim, hoje a preocupação central do MST está sendo no sentido de apontar para um novo projeto. Trata-se, agora, de criar as condições para a formação de associações do tipo coletivista que maximizem os recursos existentes de terra, trabalho, instrumentos de trabalho, financiamento, de modo a torná-las unidades produtivas rentáveis, competitivas no capitalismo. Pensa-se, inclusive, em entrar no circuito da comercialização e beneficiamento, formando grandes cooperativas com agroindústrias, sob o controle dos assentados.

Fica evidente que se superou o antigo sentimento de visceral rejeição às formas produção, comercialização e financiameto associadas ao capitalismo, que os levava, pelos menos nas experiências iniciais do Paraná, a identificar como negativos o crédito, a maquinária e insumos modernos, o comércio, a agroindústria, etc. e a valorizar os "alternativos" em todos os níveis de organização dos assentamentos.

Agora, a concepção subjacente à nova proposta é a de que as formas de organização da produção em grande escala são superiores às camponesas, rejeitadas como artesanais, e que deve-se incorporar os avanços técnicos do capitalismo para a estruturação dos assentamentos. Uma discussão que se pode realizar é a do significado mais amplo desta ênfase na coletivização. Sobre isto, algumas questões podem ser levantadas para debate:

- uma primeira questão à a possibilidade de que parte do MST faça uma relação direta entre produção coletivizada e o surgimento de novos níveis de politização e novos padrões morais de vida. Está subjacente, em alguns de seus escritos, a concepção de que a mudança das relações de trabalho levaria, de forma automática, a uma mudança ao nível da "conscientização política", o que não é necessariamente verificável.

¹ BONIN Anamaria *et alii*, *op. cit.*

- diante da centralização de esforços na viabilização econômica dos assentamentos há a possibilidade concreta de auto-mização da esfera econômica, ou seja, de serem deixados de lado os objetivos políticos do MST de amadurecimento organizativo e político a partir da cooperação e coletivização. Além disso, a própria viabilização econômica é de certa forma contraditória ao projeto de transformação mais estrutural da sociedade, tal como concebida pelo MST.
- embora já existam algumas experiências concretas em que os esquemas coletivizados tenham sido implantados, não se pode crer, por princípio, que são a solução dos problemas econômicos que afligem os assentamentos. O sucesso da coletivização dependerá de certas condições dos assentamentos (solo, topografia, a própria trajetória dos assentados), além das formas de sua inserção nos sistemas agroalimentares mais amplos.
- de certa forma, portanto, há uma tendência de reificação do coletivismo, ou seja, considerando-o, em si, um meio econômico de garantir aos assentamentos seu desenvolvimento e um meio político de construir a luta pela mudança da sociedade. Pode-se perguntar se isto não seria uma forma de procurar “os resultados da luta social na própria luta, esquecendo que são recursos, estratégias, meios e não fins?”